

Vem mais imposto, avisa Maílson.

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, afirmou ontem que “para cada centavo a menos que os Estados pagarem de sua dívida externa em 89, haverá necessidade de um centavo em aumento de impostos”. Embora tenha afirmado que se tratava de uma opinião pessoal, pois “o assunto rolagem está sendo negociado e a palavra final é do presidente da República”, a afirmação de Maílson é uma clara resposta aos governadores estaduais, que decidiram abandonar as negociações com o governo e tratar do assunto agora apenas no âmbito do Congresso.

Os centavos a que se refere Maílson inclusive já têm um custo total. São Cz\$ 425 bilhões, a preços de junho, que serão retirados da receita do governo, em 89, para cobrir a diferença entre os 25% da dívida externa dos Estados, que precisariam ser pagos no próximo ano, e o montante que os governadores se dispõem a pagar. A nova forma de pagamento foi acertada entre os secretários estaduais da Fazenda e o presidente e o relator da Comissão de Orçamento do Congresso, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) e o senador Almir Gabriel (PMDB-PA).

A proposta de consenso é a seguinte: os Estados rolam toda a dívida vencida desde 1983 e a que vence em 89 será paga pelo efeito cascata proposto pelo presidente José Sarney: até US\$ 300 milhões, rolagem integral; de 300 a 500 milhões, rolagem de 90%; entre 500 milhões e 1 bilhão, rolagem de 80%; e acima de 1 bilhão de dólares, rolagem de 75%. O refinanciamento da dívida vencida será estabelecido, no ano que vem, por resolução do Senado, a quem cabe legislar sobre o endividamento de Estados e municípios.

A proposta acertada ontem implica o pagamento de Cz\$ 75 bilhões da dívida pelos Estados, contra a estimativa inicial do governo de Cz\$ 500 bilhões, e terá de ser aprovada ainda pelos 60 membros da Comissão e pelo plenário do Congresso. Se aprovada e não se encontrar uma forma de cobrir o pagamento dos Cz\$ 425 bilhões, o déficit do governo em 1989, estimado no orçamento em apenas 0,56% do PIB, passará a 1,25%.

A menos de um quilômetro do Congresso, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o ministro João Batista de Abreu reagiu: “É inconstitucional”. O ministro argumenta que a Comissão tem competência para definir a qualidade do gasto, mas não pode mexer na receita e nem aumentar a despesa. E, no caso, Abreu garante que subsídios e incentivos são receita, embora não sejam arrecadados.

O porta-voz da Presidência, Carlos Henrique Santos, disse à tarde que o presidente José Sarney está aguardando uma resposta dos governadores à proposta de escalonamento da dívida externa dos Estados. Segundo Carlos Henrique, o deputado Ulysses Guimarães será o portador da resposta dos governadores.



Maílson insiste: Estados devem pagar 25% de suas dívidas em 89.



Quéricia: novas críticas ao governo federal, em seu programa de rádio.